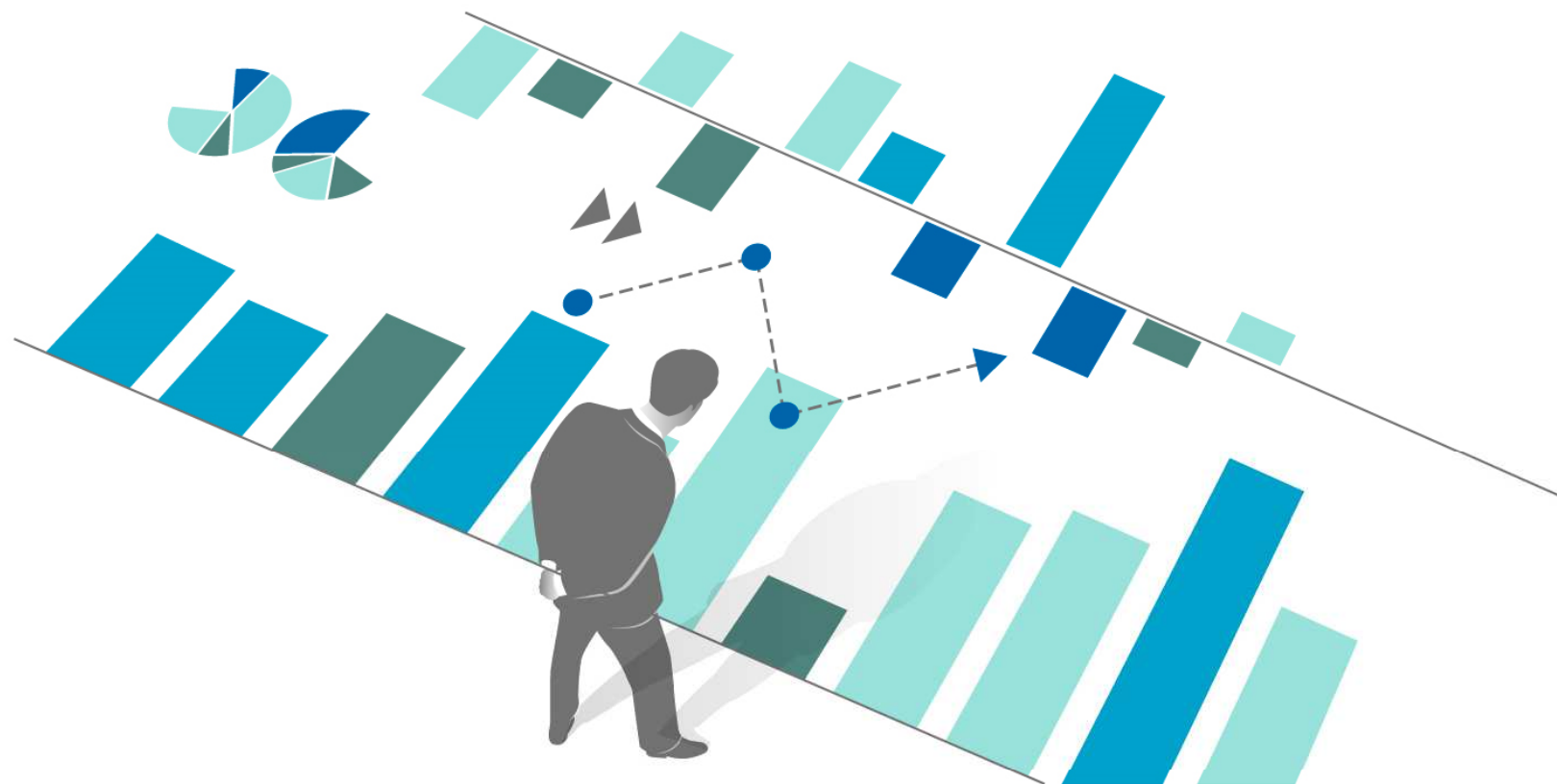




TESOURO NACIONAL

RTN
2020

Resultado do Tesouro Nacional



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2019/2020 – Valores Nominais*

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2019/2020								
Discriminação	Jan-Jul		Variação (2020/2019)		Julho		Variação (2020/2019)	
	2019	2020	% Nominal	% Real (IPCA)	2019	2020	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	901.541	769.529	-14,6%	-17,1%	136.055	111.099	-18,3%	-20,2%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	162.726	152.383	-6,4%	-9,0%	21.815	20.845	-4,4%	-6,6%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	738.815	617.146	-16,5%	-18,9%	114.240	90.254	-21,0%	-22,8%
IV. DESPESA TOTAL	774.060	1.122.333	45,0%	41,0%	120.175	178.089	48,2%	44,9%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-35.245	-505.187	-	-	-5.934	-87.835	-	-
Tesouro Nacional e Banco Central	75.864	-289.868	-	-	10.172	-67.960	-	-
Previdência Social (RGPS)	-111.109	-215.319	93,8%	88,5%	-16.106	-19.875	23,4%	20,6%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-0,8%	-12,4%	-	-	-	-	-	-

Memorando:								
Resultado do Tesouro Nacional	76.117	-289.518	-	-	10.225	-67.880	-	-
Resultado do Banco Central	-253	-350	38,7%	33,6%	-53	-80	49,8%	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-111.109	-215.319	93,8%	100,0%	-16.106	-19.875	23,4%	260,3%

Em **julho de 2020**, houve **déficit primário de R\$ 87,8 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 5,9 bilhões em julho de 2019** (valores nominais).

No **acumulado** até julho de 2020, houve déficit primário de **R\$ 505,2 bilhões** frente a déficit de R\$ 35,2 bilhões em 2019 (valores nominais).

Importante destacar que o déficit recorde para o mês decorre das **medidas de combate e dos efeitos da crise Covid-19**.

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2012/2020 – R\$ Bilhões – A preços de jul/20 – IPCA

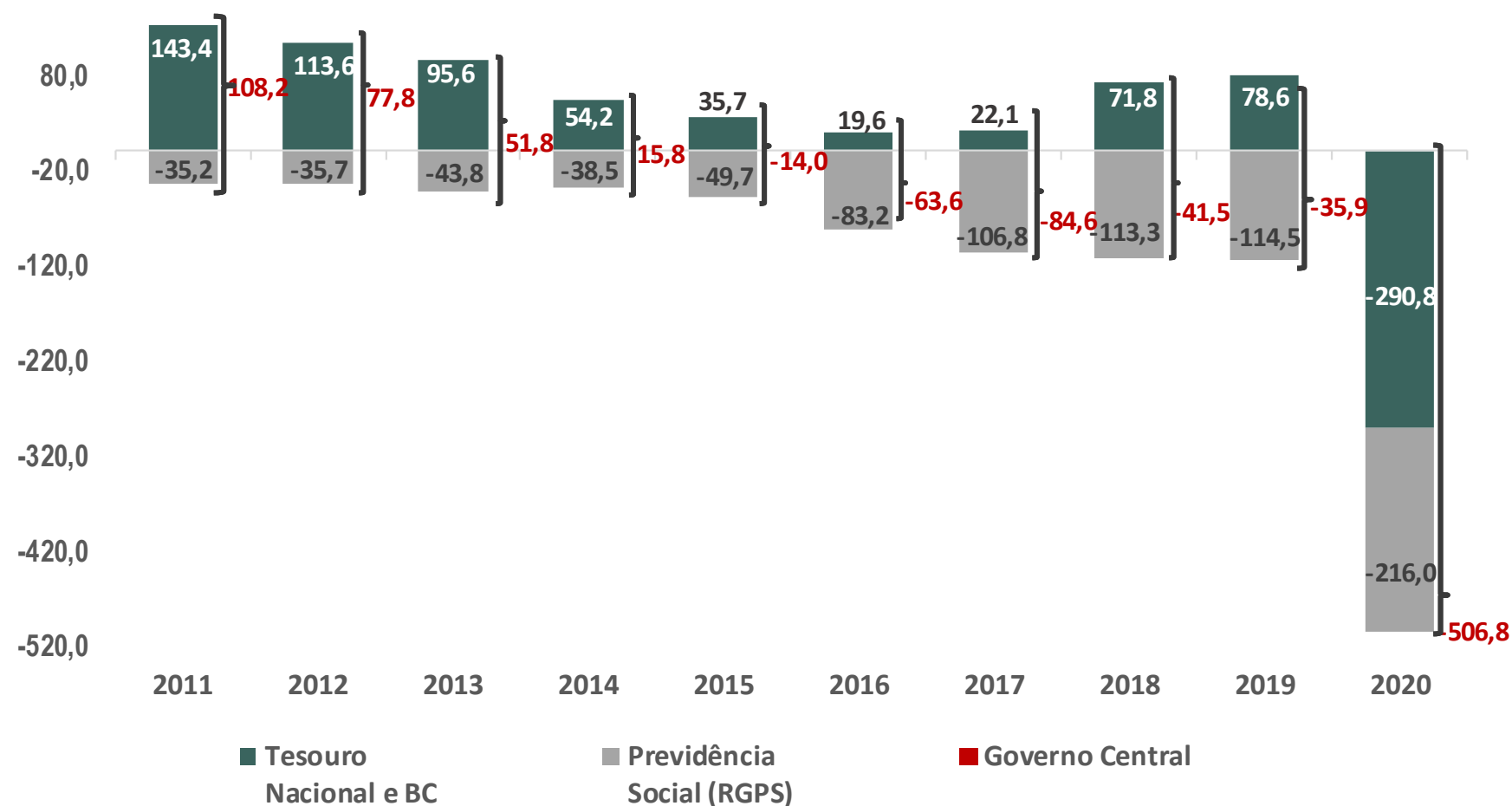


O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses (até jul/2020) foi de **déficit de R\$ 567,4 bi**, equivalente a **7,87% do PIB**.

A atual **projeção de déficit primário** para o Governo Central é de **R\$ 787,4 bilhões** em 2020, próximo a **11,0% do PIB**.

Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2020 – R\$ Bilhões – A preços de jul/20 – IPCA*

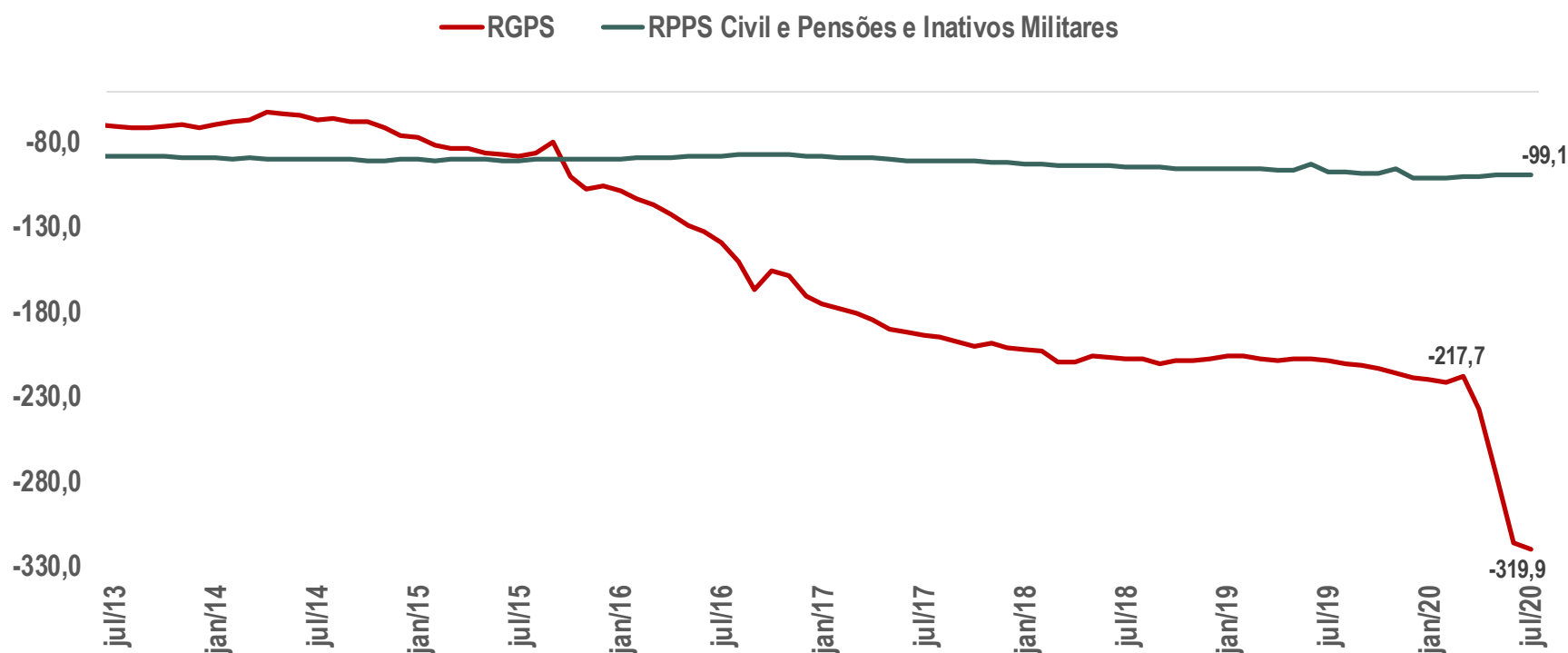


No acumulado até julho de 2020, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 216,0 bilhões**, enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** apresentaram **déficit de R\$ 290,8 bilhões**.

A reversão dos superávits do Tesouro Nacional e Banco Central e o aprofundamento do déficit da previdência associam-se à crise Covid-19 .

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2013/2020 – R\$ Bilhões – A preços de jul/20 - IPCA



Total do déficit **RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 419,0 bilhões (5,8% do PIB)** no Governo Central no acumulado em 12 meses até julho de 2020, a preços de jul/2020 – IPCA.

A deterioração no resultado do RGPS decorre do efeito conjunto da queda da arrecadação líquida para o RGPS e da antecipação do pagamento do 13º da previdência com impactos em abril, maio e junho.

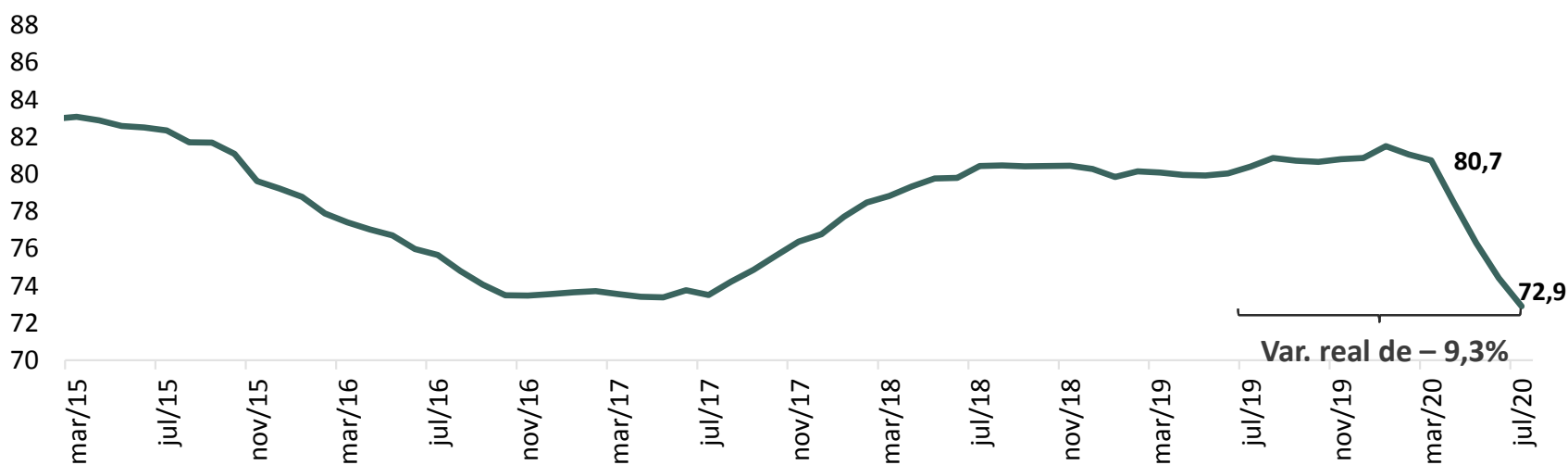
* Inclui FCDF.

Receitas do Governo Central

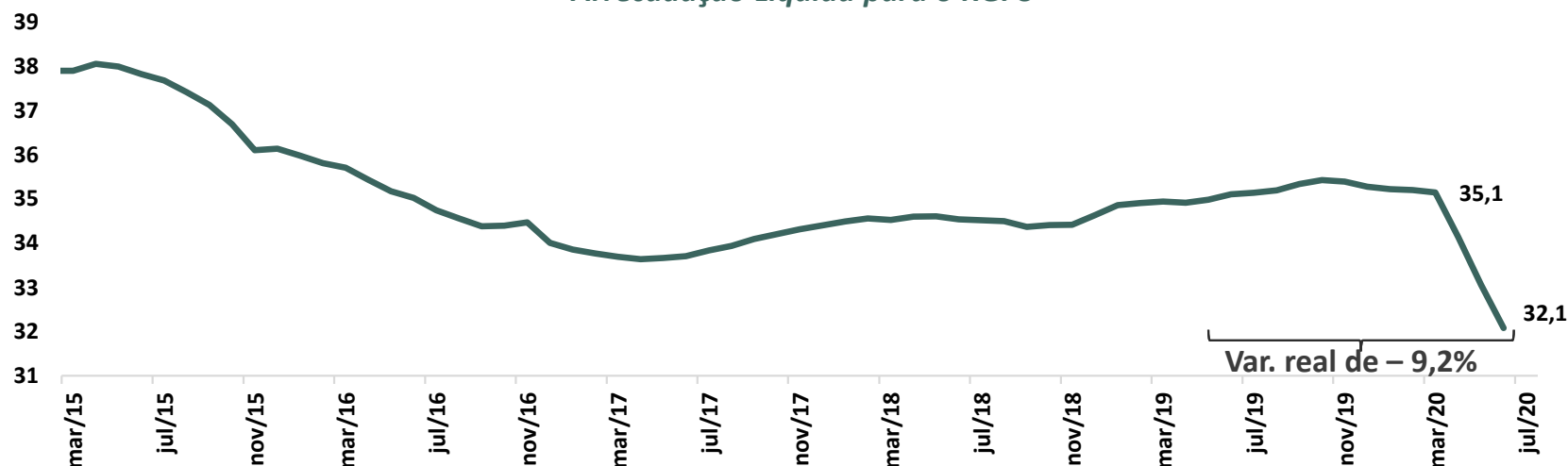
Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Média Móvel Mensal (12 meses) – R\$ Bilhões – A preços de jul/20 - IPCA

Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação



Arrecadação Líquida para o RGPS



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada** pela RFB apresentou **redução real de 9,3%** em relação a julho de 2019, enquanto a da **arrecadação líquida para o RGPS** caiu **9,2%** para o mesmo período.

A RFB estima que em julho de 2020 o diferimento de tributos tenha sido de R\$ 516 milhões e a redução relativa à diminuição no IOF crédito de R\$ 2,3 bilhões.

No acumulado até julho de 2020, o diferimento totalizou R\$ 81,9 bilhões, enquanto a diminuição no IOF crédito chegou a R\$ 8,6 bilhões.

Receitas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Mensal – 2019/2020 – A preços de jul/20 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2019/2020				
Discriminação	Julho		Variação	
	2019	2020	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	139.192,2	111.098,8	-28.093,5	-20,2%
I.1 Receita Administrada pela RFB	84.988,0	66.826,9	-18.161,1	-21,4%
Imposto de Importação	3.762,4	3.470,2	-292,1	-7,8%
IPI	4.181,8	4.190,3	8,5	0,2%
Imposto de Renda	35.416,9	25.770,6	-9.646,3	-27,2%
IOF	3.506,8	914,1	-2.592,7	-73,9%
COFINS	20.115,7	18.894,2	-1.221,5	-6,1%
PIS/PASEP	5.273,5	5.143,8	-129,7	-2,5%
CSLL	10.276,1	6.450,7	-3.825,4	-37,2%
CIDE Combustíveis	212,4	173,5	-38,9	-18,3%
Outras	2.242,5	1.819,6	-423,0	-18,9%
I.2 Incentivos Fiscais	-48,9	0,0	48,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	32.924,2	30.803,7	-2.120,5	-6,4%
Urbana	32.227,0	30.176,0	-2.051,0	-6,4%
Rural	697,2	627,7	-69,5	-10,0%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	21.328,9	13.468,2	-7.860,7	-36,9%
Concessões e Permissões	1.842,9	209,8	-1.633,1	-88,6%
Dividendos e Participações	382,7	2,8	-379,9	-99,3%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.059,7	1.440,1	380,4	35,9%
Exploração de Recursos Naturais	10.659,0	5.876,7	-4.782,3	-44,9%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.316,3	1.153,3	-163,0	-12,4%
Contribuição do Salário Educação	1.699,3	1.562,4	-136,9	-8,1%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	458,3	0,0	-458,3	-100,0%
Operações com Ativos	134,1	146,5	12,5	9,3%
Demais Receitas	3.776,8	3.076,6	-700,2	-18,5%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	22.317,9	20.844,6	-1.473,4	-6,6%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	116.874,3	90.254,2	-26.620,1	-22,8%

Em julho de 2020, a **receita total** apresentou **redução de R\$ 28,1 bilhões (20,2%) em termos reais**, frente a julho de 2019.

Houve redução real nos três principais grupos da receita, com destaque para:

- **Imposto de Renda (- R\$ 9,6 bi)**
- **CSLL (- R\$ 3,8 bi)**
- **IOF (- R\$ 2,6 bi)**
- **Exp. Rec. Naturais (- R\$ 4,8 bi)**

A **receita líquida** apresentou **redução de R\$ 26,6 bilhões (22,8%) em termos reais** em relação a junho de 2019.

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2019/2020 – A preços de jul/20 - IPCA – R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2019/2020					R\$ Milhões
Discriminação	Jan-Jul		Variação		
	2019	2020	Diferença	% Real (IPCA)	
I. RECEITA TOTAL	929.724,3	770.880,6	-158.843,7	-17,1%	
I.1 Receita Administrada pela RFB	582.084,1	486.531,6	-95.552,5	-16,4%	
Imposto de Importação	24.970,3	24.099,0	-871,3	-3,5%	
IPI	30.680,2	26.460,8	-4.219,4	-13,8%	
Imposto sobre a Renda	254.064,6	229.024,4	-25.040,2	-9,9%	
IOF	23.376,0	16.033,0	-7.343,1	-31,4%	
COFINS	139.424,3	99.503,0	-39.921,3	-28,6%	
PIS/PASEP	38.625,5	28.682,9	-9.942,6	-25,7%	
CSLL	55.828,9	48.532,8	-7.296,1	-13,1%	
CIDE Combustíveis	1.672,2	1.231,8	-440,4	-26,3%	
Outras Administradas pela RFB	13.442,0	12.963,9	-478,1	-3,6%	
I.2 Incentivos Fiscais	-48,9	-138,1	-89,2	182,4%	
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	233.861,8	193.470,0	-40.391,8	-17,3%	
Urbana	229.041,5	189.088,6	-39.952,8	-17,4%	
Rural	4.820,3	4.381,3	-439,0	-9,1%	
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	113.827,4	91.017,2	-22.810,3	-20,0%	
Concessões e Permissões	5.256,6	1.734,7	-3.521,9	-67,0%	
Dividendos e Participações	6.885,5	3.152,6	-3.732,9	-54,2%	
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	7.784,9	9.021,1	1.236,2	15,9%	
Exploração de Recursos Naturais	44.256,8	34.919,7	-9.337,1	-21,1%	
Receitas Próprias e de Convênios	9.882,1	7.901,6	-1.980,5	-20,0%	
Contribuição do Salário Educação	12.904,4	11.684,0	-1.220,4	-9,5%	
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.355,3	31,8	-3.323,5	-99,1%	
Operações com Ativos	706,8	847,0	140,2	19,8%	
Demais Receitas	22.795,1	21.724,7	-1.070,4	-4,7%	
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	167.833,1	152.662,1	-15.171,0	-9,0%	
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	761.891,3	618.218,6	-143.672,7	-18,9%	

No acumulado até julho de 2020, a **receita total** apresentou **redução de R\$ 158,8 bilhões (17,1%) em termos reais**, frente a mesmo período de 2019.

Houve redução real nos três principais grupos da receita:

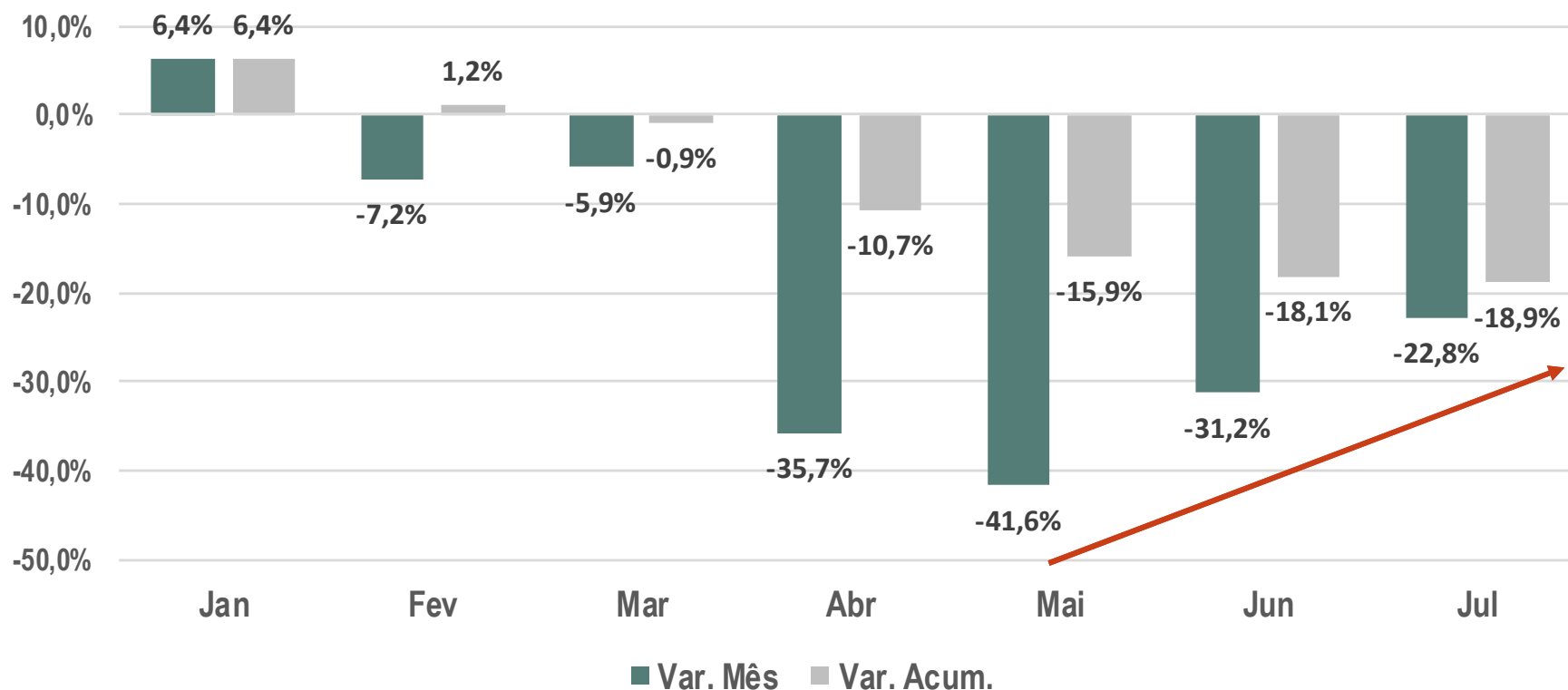
- **Rec. Adm. Pela RFB**
(- R\$ 95,5 bi)
- **Arrec. Liq. Para o RGPS**
(- R\$ 40,4 bi)
- **Rec. Não Administradas pelas RFB** (- R\$ 22,8 bi)

A **receita líquida** apresentou **redução de R\$ 143,7 bilhões (18,9%) em termos reais** frente ao mesmo período de 2019.

Receita Líquida do Governo Central

Variação Real Mensal e Acumulada no Ano

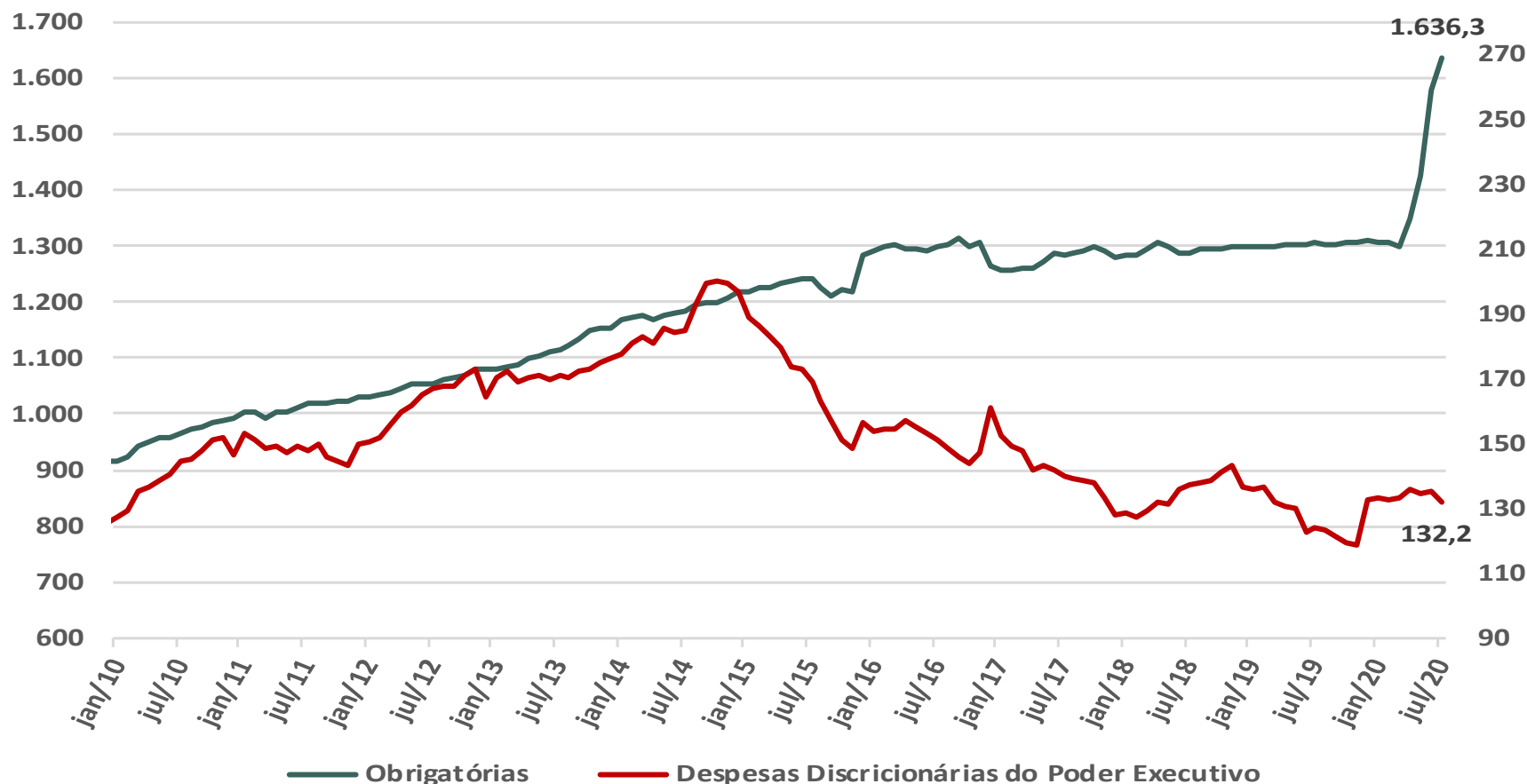
Brasil – 2019/2020 – A preços de jul/20 - IPCA



A redução na receita líquida, decorrente dos efeitos da crise Covid-19, começa a apresentar reversão a partir de junho sendo o efeito acumulado de redução real de 18,9%.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central – Acumulado 12 meses
Brasil - 2010 a 2020: R\$ Bilhões – A preços de jul/20 - IPCA*



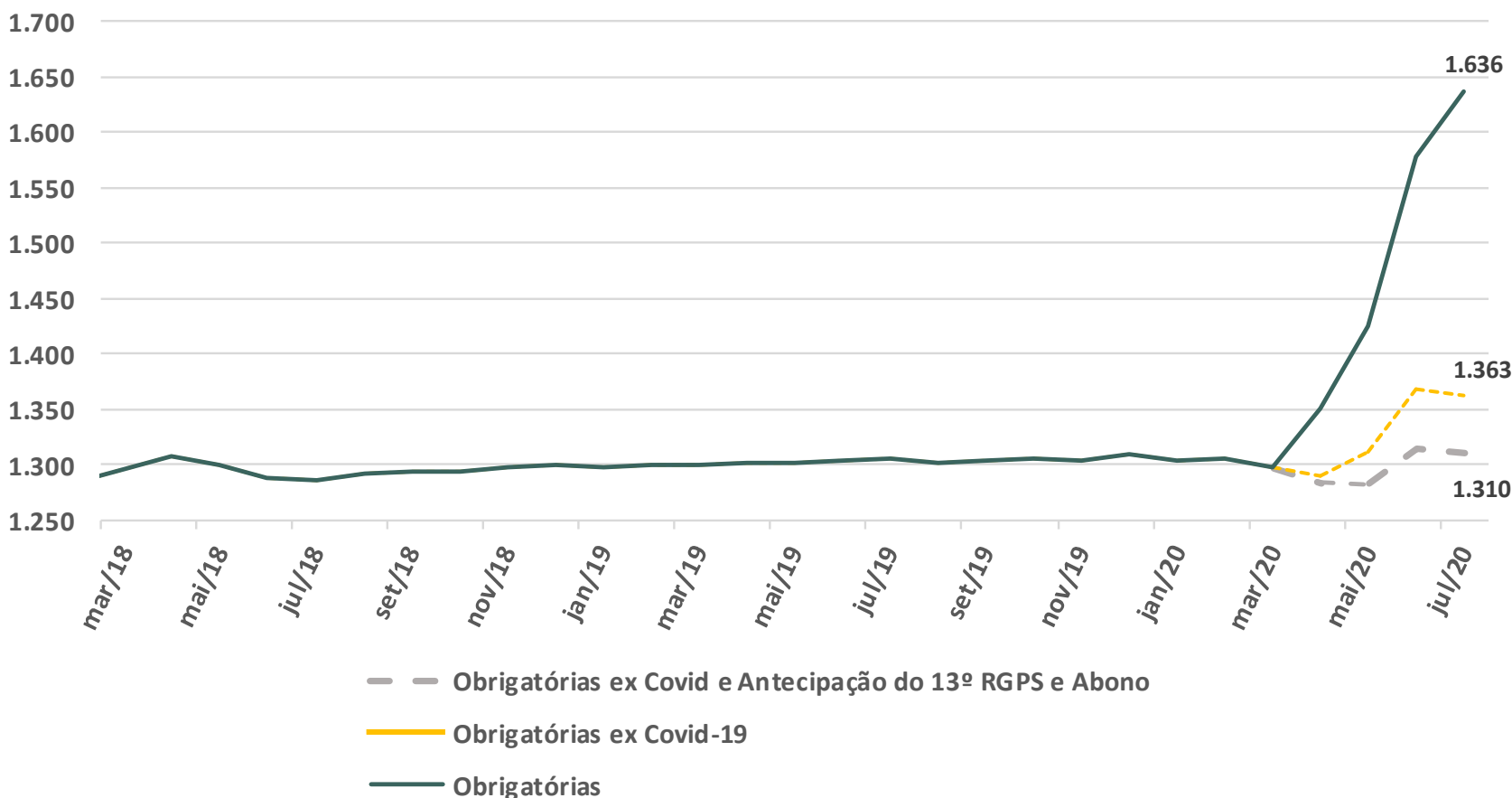
Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à Covid-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias. Essa classificação decorre do fato de que a execução de despesas via crédito extraordinário, mesmo que sejam discricionárias, acaba ganhando status de despesa obrigatória haja vista seu caráter emergencial.

Deve-se ressaltar que quase a totalidade dessas despesas, apesar de obrigatórias, não são de caráter continuado e devem permanecer circunscritas ao exercício de 2020.

* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em dezembro de 2010 e o pagamento a Petrobrás referente cessão onerosa de dezembro de 2020;

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central – Acumulado 12 meses
Brasil - 2018 a 2020: R\$ Bilhões – A preços de jul/20 - IPCA

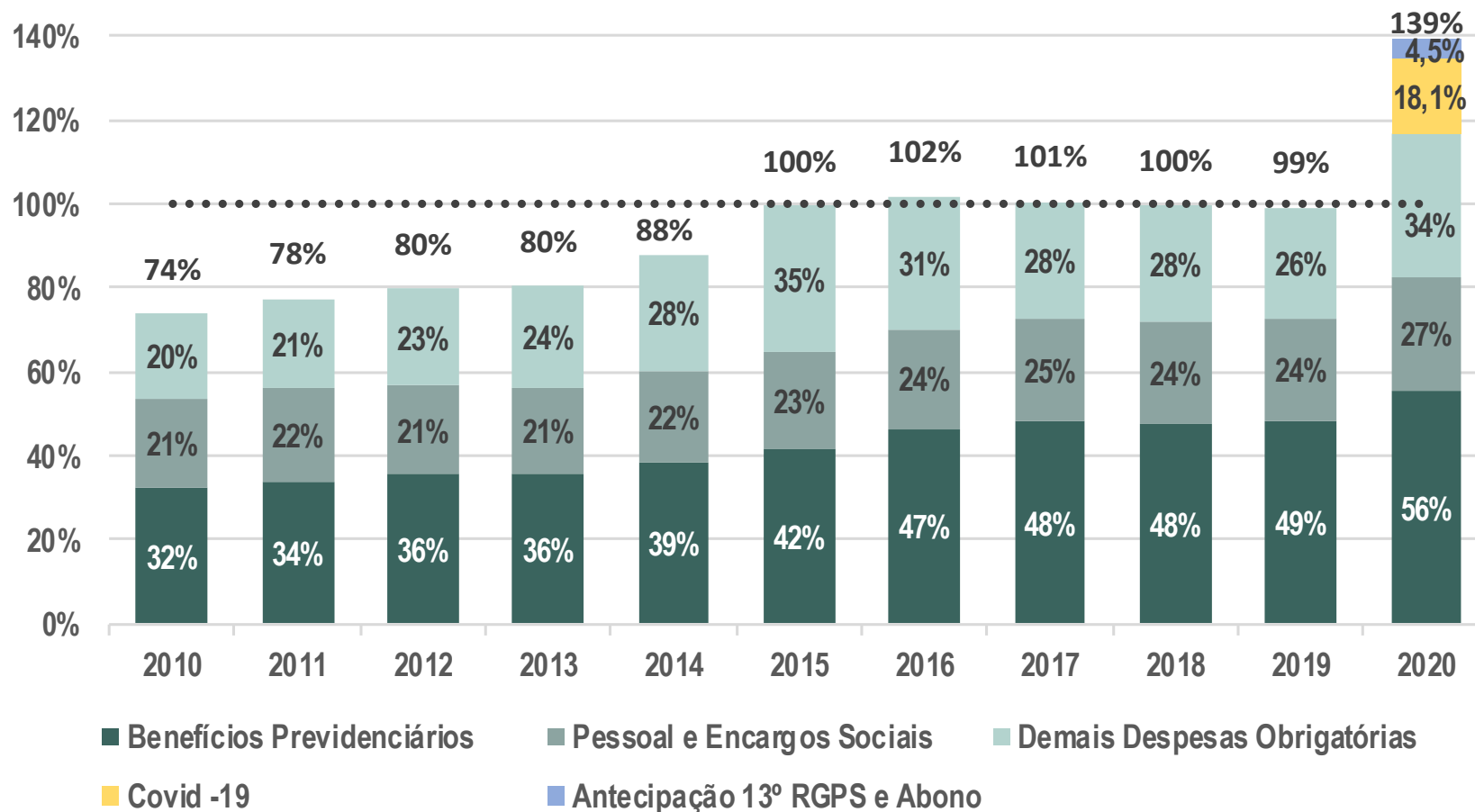


Excluídos os **R\$ 273,4 bilhões** de despesas em resposta à **crise Covid-19** e os **R\$ 52,7 bilhões** de antecipação no calendário de pagamentos dos 13º dos benefícios previdenciários e do abono salarial, as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses apresentariam trajetória estável.

A elevação das obrigatórias ex Covid-19 está associada a antecipação do 13º dos benefícios previdenciários e do abono salarial, cujo efeito deverá ser neutralizado até o final do exercício.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias como proporção da Receita Líquida** – Brasil*
2010 a 2019: Anual; 2020: Acumulado em 12 meses até julho



Desde 2015, as despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida.

O crescimento dos percentuais de 2020 em relação aos anos anteriores se deve às despesas relativas à Covid-19, antecipação de 13º do RGPS e abono e à forte queda da arrecadação.

*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

** Exclui as receitas da cessão onerosa.

Despesas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2019/2020 – A preços de jul/20 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2019/2020				
Discriminação	Julho		Variação	
	2019	2020	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	122.945,4	178.089,2	55.143,8	44,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	49.401,8	50.678,8	1.277,0	2,6%
Benefícios Previdenciários - Urbano	39.185,5	40.212,5	1.027,0	2,6%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	993,7	1.287,4	293,7	29,6%
Benefícios Previdenciários - Rural	10.216,4	10.466,3	250,0	2,4%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	260,7	337,1	76,5	29,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	31.322,9	31.788,7	465,8	1,5%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	250,9	268,1	17,2	6,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	18.824,2	77.971,5	59.147,3	314,2%
Abono e Seguro Desemprego	5.210,2	4.497,5	-712,6	-13,7%
Apoio Fin. EE/MM	0,0	18.295,0	18.295,0	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.070,4	5.182,9	112,5	2,2%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	458,3	0,0	-458,3	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	137,1	57.542,5	57.405,4	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	710,5	633,9	-76,6	-10,8%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	1.039,6	1.118,3	78,7	7,6%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	954,7	844,4	-110,3	-11,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	307,4	334,9	27,5	8,9%
Subsídios, Subvenções e Proagro	4.315,3	-10.936,2	-15.251,5	-
Impacto Primário do FIES	107,5	-11,2	-118,7	-
Demais	513,2	469,4	-43,8	-8,5%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	23.396,4	17.650,1	-5.746,3	-24,6%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	11.871,3	9.196,1	-2.675,2	-22,5%
Discrecionárias	11.525,1	8.454,0	-3.071,1	-26,6%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	27.420,1	96.759,4	69.339,3	252,9%
Outras Despesas de Custeio	24.128,9	93.283,3	69.154,5	286,6%
Outras Despesas de Capital	3.291,3	3.476,1	184,8	5,6%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em julho de 2020 contra mesmo período de 2019, a **despesa total apresentou elevação de R\$ 55,1 bilhões (44,9%) em termos reais.**

No mês de julho as despesas em resposta à **crise Covid-19 totalizaram R\$ 62,7 bilhões**, concentrados majoritariamente na rubrica de “Créditos Extraordinários” (ver slide seguinte).

Destaca-se que no mês de julho houve a devolução de R\$ 13,1 bilhões de recursos destinados ao BNDES por meio do programa de Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial.

Despesas do Governo Central

relacionadas ao combate ao COVID-19^{1,2} apurados pelo critério de "valor pago"

Brasil – Anual – 2020 – valores nominais – R\$ Milhões

Discriminação	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	Total
DESPESAS PRIMÁRIAS	0,1	1.038,3	59.405,4	53.358,0	96.820,9	62.760,6	273.378,6
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais - Ativo civil	0,0	0,0	0,3	0,7	7,9	20,7	29,6
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	0,0	0,0	0,3	0,7	7,9	20,7	29,6
II.3.3 - Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	1.030,0	937,5	19.676,3	18.295,0	39.938,8
Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF	0,0	0,0	1.030,0	937,5	19.676,3	18.295,0	39.938,8
II.3.08 - Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,1	1.038,3	40.973,5	52.164,5	76.878,9	57.518,0	228.573,2
Ampliação do Programa Bolsa Família	0,0	0,0	113,1	144,0	112,2	0,0	369,3
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	0,0	0,0	35.780,9	41.077,2	44.682,0	45.875,2	167.415,3
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	0,0	0,0	325,5	6.505,8	7.113,1	4.291,7	18.236,1
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	0,1	1.038,3	4.753,9	4.437,5	19.971,6	7.351,1	37.552,4
Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas	-	-	-	-	5.000,0	-	5.000,0
II.3.19.27 - Demais Subsídios e Subvenções	0,0	0,0	17.000,0	0,0	0,0	-13.090,0	3.910,0
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial	0,0	0,0	17.000,0	0,0	0,0	-13.090,0	3.910,0
II.3.21 - Transferências Multas ANEEL	0,0	0,0	400,0	250,0	250,0	0,0	900,0
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	0,0	0,0	400,0	250,0	250,0	0,0	900,0
II.4.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Benefícios a servidores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	4,4	0,0
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	-	-	-	0,0	0,3	4,4	4,8
II.4.2 - Discricionárias	0,0	0,0	1,6	5,3	7,5	12,5	26,9
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	0,0	0,0	1,6	5,3	7,5	12,5	26,9
DESPESAS FINANCEIRAS	0,0	0,0	0,0	0,0	379,1	9,4	0,0
DESPESAS TOTAIS "COVID-19"	0,1	1.038,3	59.405,4	53.358,0	97.200,0	62.770,0	273.378,6

Em julho de 2020 as despesas em resposta à **crise Covid-19** totalizaram R\$ 62,8 bilhões.

As principais despesas foram (i) auxílio emergencial aos Estados, Municípios e DF (ii) auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade, e (iii) despesas adicionais dos ministérios.

No acumulado até julho, as despesas primárias em resposta à **crise Covid-19** totalizaram R\$ 273,4 bilhões.

A série mensal das despesas em resposta à crise Covid-19 será incluída no conjunto de tabelas das séries históricas do RTN.

1. Antecipações de despesas como o 13º relativo aos benefícios previdenciários, por exemplo, não estão incluídos nessa apuração.
2. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e https://www1.siof.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2019/2020 – A preços de jul/20 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2019/2020				
Discriminação	Jan-Jul		Variação	
	2019	2020	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	797.840,0	1.124.990,1	327.150,1	41,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	348.399,1	409.428,4	61.029,3	17,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano	275.944,3	328.047,0	52.102,7	18,9%
Benefícios Previdenciários - Rural	72.454,8	81.381,4	8.926,6	12,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	185.483,8	184.733,9	-749,9	-0,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	127.837,2	403.085,1	275.247,9	215,3%
Abono e Seguro Desemprego	33.805,5	39.161,9	5.356,4	15,8%
Apoio Fin. EE/MM	0,0	40.017,9	40.017,9	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	35.701,8	36.686,2	984,4	2,8%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.355,3	31,8	-3.323,5	-99,1%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.834,0	229.601,5	226.767,6	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	7.016,8	6.135,4	-881,4	-12,6%
Fundeb/Fundef- Complementação da União	10.171,4	10.243,3	72,0	0,7%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	6.324,6	5.756,6	-568,1	-9,0%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	14.777,9	21.618,2	6.840,3	46,3%
Subsídios, Subvenções e Proagro	10.130,9	10.579,7	448,8	4,4%
Impacto Primário do FIES	1.294,3	-212,9	-1.507,2	-
Demais	2.424,7	3.465,6	1.040,9	42,9%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	136.119,9	127.742,8	-8.377,2	-6,2%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	79.989,8	71.724,0	-8.265,7	-10,3%
Discricionárias	56.130,1	56.018,7	-111,4	-0,2%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	182.611,2	444.160,6	261.549,4	143,2%
Outras Despesas de Custeio	160.543,4	401.486,6	240.943,2	150,1%
Outras Despesas de Capital	22.067,8	42.674,0	20.606,2	93,4%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

No acumulado até julho de 2020 contra mesmo período de 2019, a **despesa total cresceu R\$ 327,1 bilhões (41,0%)** em termos reais.

Nesse período as despesas em resposta à **crise Covid-19 totalizaram R\$ 273,4 bilhões**.

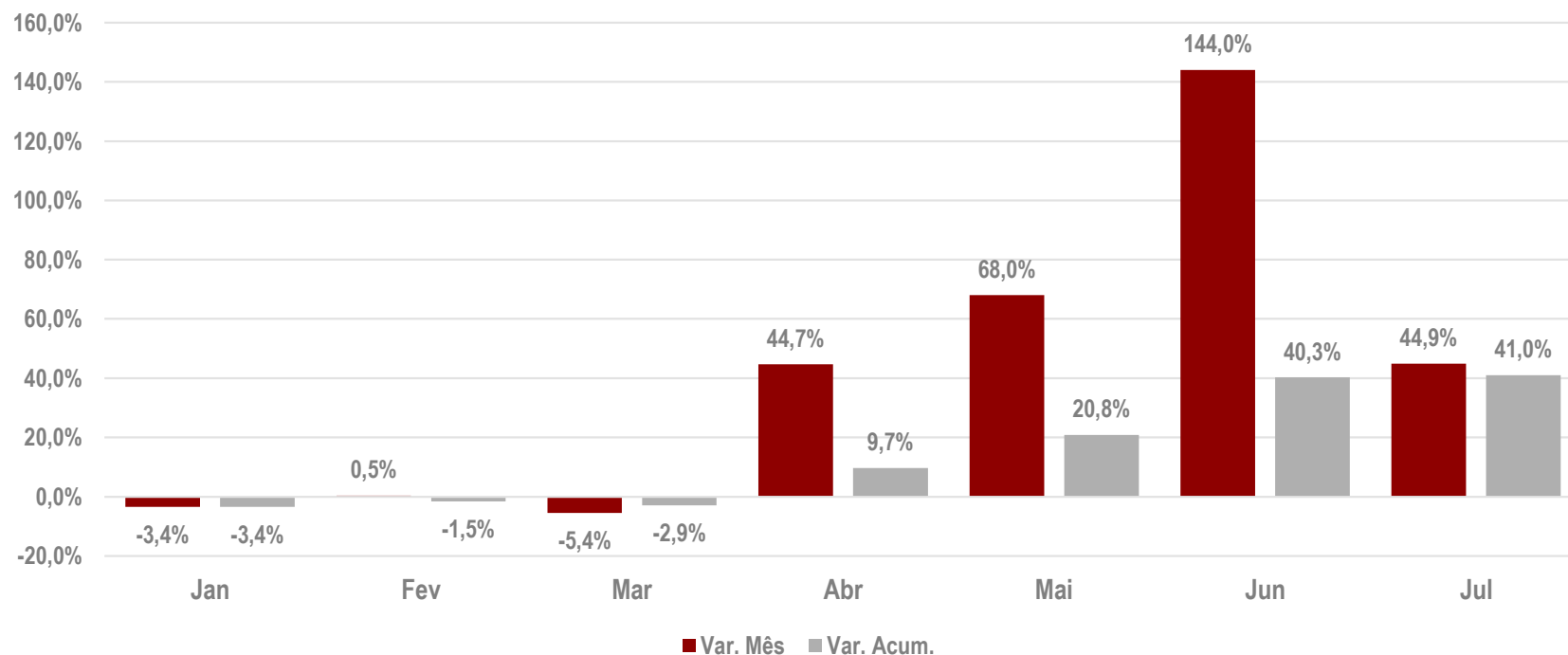
A elevação nos gastos com benefícios previdenciários está associada às antecipações de 13º dos benefícios previdenciários.

A redução nas despesas obrigatórias com controle de fluxo se deve a redução nos pagamentos dos benefícios do bolsa família (substituição temporária pelo auxílio emergencial).

Despesas do Governo Central

Variação Real Mensal e Acumulada no Ano

Brasil – 2019/2020– A preços de jul/20 - IPCA



A elevação na despesa, decorrente dos efeitos da crise Covid-19, começa a apresentar reversão a partir de julho sendo o efeito acumulado de crescimento real de 41,0%.

Execução Financeira do Governo Central

Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – Posição julho/2020

R\$ Milhões – Valores Correntes

Discriminação	Limites de Pagamento	Pagamentos Realizados	Empoçamento
Ministério da Cidadania	19,2	9,1	10,0
Ministério da Saúde	66,2	60,4	5,9
Ministério da Educação	19,7	15,2	4,5
Ministério do Desenvolvimento Regional	7,7	4,3	3,4
Ministério da Defesa	11,9	9,9	2,0
Ministério da Economia	7,9	6,0	1,8
Demais	30,7	24,0	6,7
Total	163,3	129,0	34,3

Em julho de 2020 o **empoçamento** totalizou **R\$ 34,3 bilhões** (21,0% do limite de pagamento), implicando redução de R\$ 3,2 bi em relação ao mês anterior.

A rigidez alocativa explica grande parte do empoçamento.

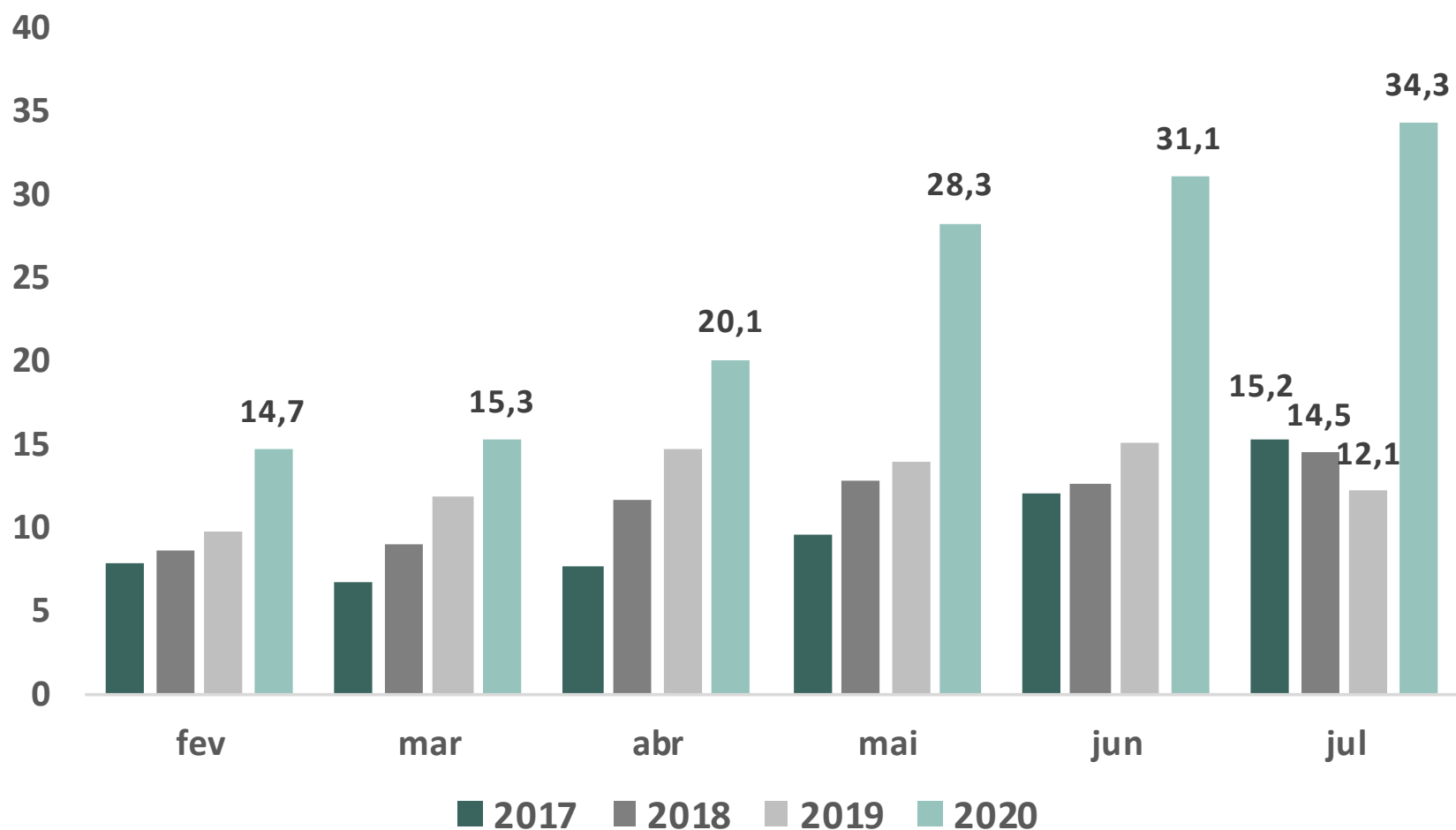
Mínimos constitucionais (saúde, educação), vinculações e outras despesas obrigatórias (emendas impositivas) exemplificam a rigidez alocativa.

Execução Financeira do Governo Central

Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – Posição junho/2020

R\$ Milhões – Valores Correntes



Em julho de 2020, o empoçamento totalizou R\$ 34,3 bilhões, contra R\$ 31,1 bilhões em junho.

A rigidez alocativa explica grande parte do empoçamento.

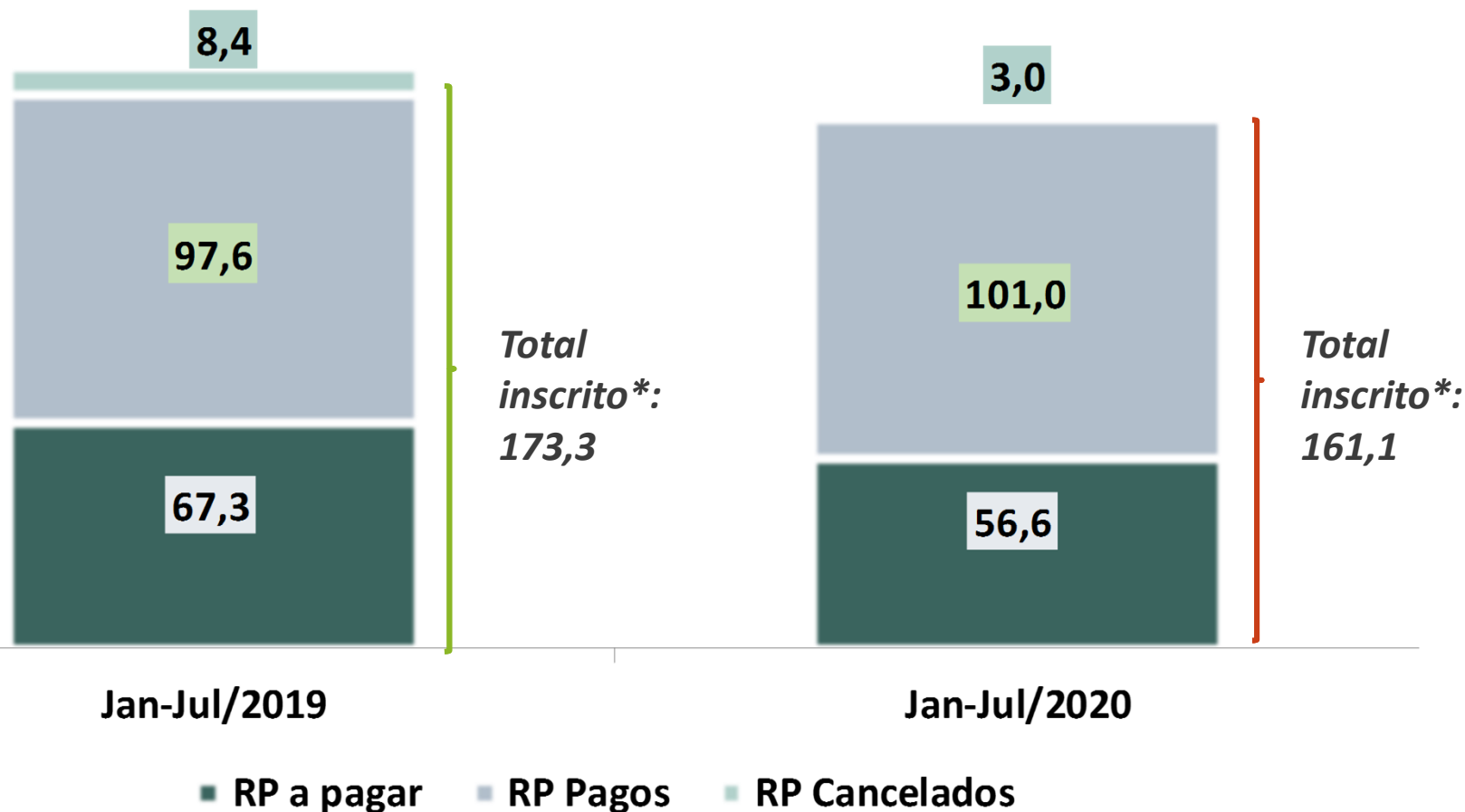
O empoçamento em julho de 2020 foi superior ao de julho de 2019 (R\$ 12,1 bi), de 2018 (R\$ 14,5 bi) e de 2017 (R\$ 15,2 bi).

A diferença de nível entre o empoçamento de 2020 e os anos anteriores pode ser explicada pela execução a menor do Bolsa Família e pela nova sistemática de execução de emendas do relator.

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2019/2020 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) inscritos em 2020 correspondeu a **R\$ 161,1 bilhões**, contra **R\$ 173,3 bilhões** no ano anterior.

Em **dezembro de 2019** houve cancelamento de **R\$ 11,7 bilhões** (Decreto nº 9.428/2019).

• Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2020/114>

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

20

Brasil – 2020 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2020	PLOA 2020 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	833.944	1.454.946	57,3%
II.1 Poder Executivo	799.621	1.391.955	57,4%
II.2 Poder Legislativo	6.708	12.570	53,4%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.112	6.038	51,5%
II.2.2 Senado Federal	2.471	4.444	55,6%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.125	2.088	53,9%
II.3 Poder Judiciário**	23.648	43.267	54,7%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	358	646	55,5%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	814	1.518	53,6%
II.3.3 Justiça Federal	6.024	11.197	53,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	297	546	54,4%
II.3.5 Justiça Eleitoral	3.913	7.378	53,0%
II.3.6 Justiça do Trabalho	10.640	19.088	55,7%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.500	2.697	55,6%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	101	197	51,4%
II.4. Defensoria Pública da União	281	548	51,4%
II.5 Ministério Público da União	3.686	6.606	55,8%
II.5.1 Ministério Público da União*	3.646	6.522	55,9%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	39	84	46,9%

* Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de julho de 2020 e o acréscimo de R\$ 121,0 milhões ao limite estabelecido pelo PLOA conforme decisão cautelar do Acórdão nº 3072/2020 TCU.

** Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2019/2020 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão				
Discriminação	Jan-Jul		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2019 (a)	2020 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	758.789	833.944	9,9%	5,9%
II.1 Poder Executivo	723.866	799.621	10,5%	6,2%
II.2 Poder Legislativo	6.772	6.708	-1,0%	6,1%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.158	3.112	-1,5%	7,1%
II.2.2 Senado Federal	2.477	2.471	-0,2%	5,7%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.137	1.125	-1,1%	4,1%
II.3 Poder Judiciário**	24.165	23.648	-2,1%	-1,4%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	380	358	-5,8%	-6,9%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	774	814	5,1%	6,7%
II.3.3 Justiça Federal	6.258	6.024	-3,7%	-0,4%
II.3.4 Justiça Militar da União	294	297	1,0%	2,2%
II.3.5 Justiça Eleitoral	3.990	3.913	-1,9%	2,0%
II.3.6 Justiça do Trabalho	10.892	10.640	-2,3%	-4,1%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.490	1.500	0,7%	1,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	87	101	17,2%	1,5%
II.4. Defensoria Pública da União	301	281	-6,6%	3,5%
II.5 Ministério Público da União	3.684	3.686	0,0%	1,9%
II.5.1 Ministério Público da União*	3.637	3.646	0,2%	2,0%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	47	39	-15,9%	-3,9%

* Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de julho de 2020 e o acréscimo de R\$ 121,0 milhões ao limite estabelecido pelo PLOA conforme decisão cautelar do Acórdão nº 3072/2020 TCU.

** Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

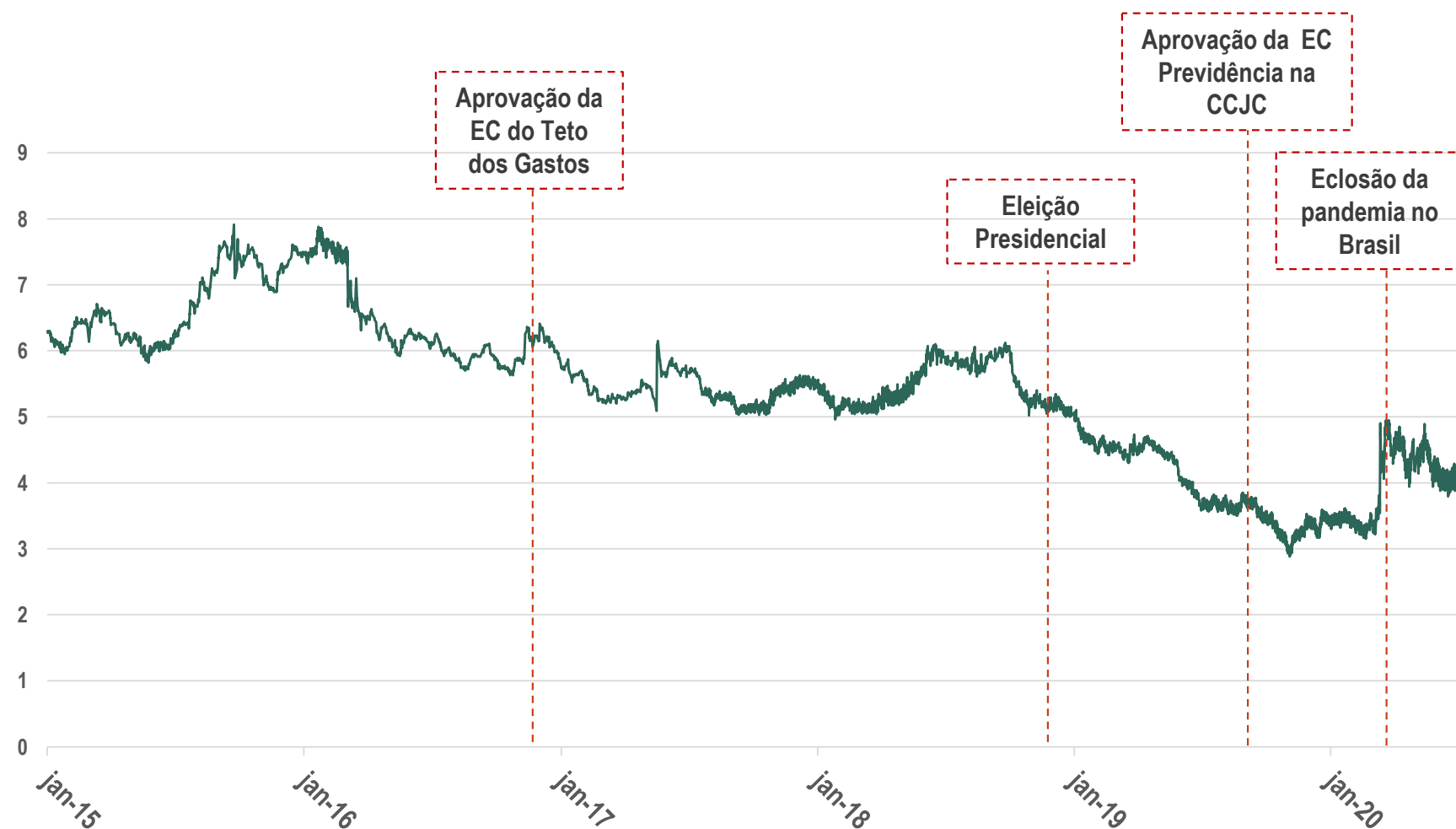
A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2020, na comparação com a despesa paga em 2019, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2019 para 2020 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

Novo Regime Fiscal

Efeito Credibilidade da Consolidação Fiscal

Taxa de Juros das NTN-B com vencimento em 2035



Fonte: Tesouro Direto

NT SPE (Dez 19):

- **PEC do Teto** teria o efeito de reduzir a taxa da NTN-B em **0,96 p.p.** no longo prazo;
- A **eleição** causaria uma diminuição adicional de **0,88 p.p.**;
- PEC da **Nova Previdência** levaria a uma redução de outros **0,78 p.p.**

Somados, esses três eventos responderiam por uma queda de cerca de 2,6 p.p.

Novo Regime Fiscal

Consequências Econômicas da Eventual Flexibilização do Teto



- i. Impacto negativo na taxa de crescimento da economia

Aumento de 1 p.p. na taxa de juros causa redução acumulada entre 0,7 e 1,3 % no PIB, após 12 meses (IPEA*). Em valores correntes, teríamos redução entre R\$ 52,2 e R\$ 93,3 bi no PIB (via investimento e consumo).

- ii. Despesa com juros

Aumento da despesa com juros em aproximadamente R\$ 63 bi por ano (elasticidade calculada pelo BCB: R\$ 34 bi para cada 1% de juros).

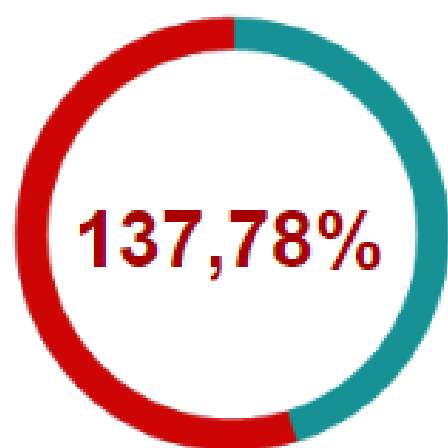
* https://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/conjuntura/200525_cc48_nt_fiscal.pdf

Regra de Ouro*

Art. 167 da Constituição Federal

 Selecione o mês
de referência

jul/20

 % da despesa coberta com
receita considerada

 Margem de suficiência
dos últimos 12 meses
(em bilhões)

R\$ -358,86

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
Despesas de Capital	214,02	708,22	949,95
Receita Considerada	293,48	893,27	1.308,81
Receitas de Operações de Crédito	200,32	683,90	1.042,52
(-) Variação do colchão da dívida	-93,15	-209,37	-266,29
Resultado	-79,46	-185,05	-358,86

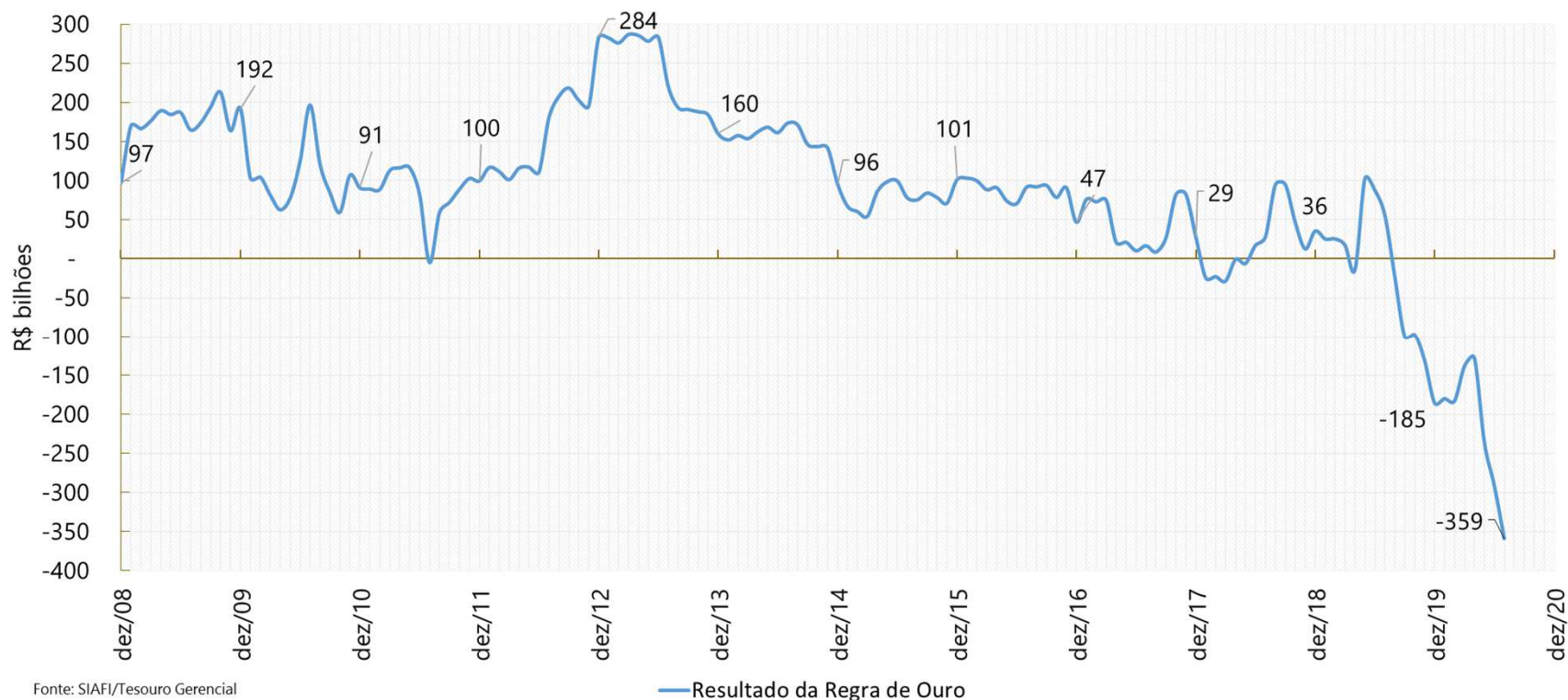
*Em virtude da Emenda Constitucional n 106 (Orçamento de Guerra), o cumprimento da Regra de Ouro está dispensado durante o exercício financeiro de 2020.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2020: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



No acumulado em 12 meses até junho/2020, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R\$ 358,9 bilhões**.

O cumprimento da Regra de Ouro é verificado em **bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.



TESOURO NACIONAL

O @tesourownacional
também está no LinkedIn!

Acompanhe a gente nas redes.

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

Valores Correntes					
Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
jul/11	11.103,1	jul/08	68.583,0	jul/11	119.124,6
jul/08	7.204,6	jul/11	66.533,9	jul/08	78.614,9
jul/07	5.162,7	jul/12	50.184,1	jul/12	75.541,3
jul/05	4.757,4	jul/07	47.618,4	jul/13	70.303,5
jul/12	3.769,8	jul/05	42.982,5	jul/07	54.988,7
jul/04	3.621,9	jul/06	41.378,0	jul/05	54.871,5
jul/13	3.417,9	jul/04	37.452,5	jul/06	51.068,6
jul/06	3.027,1	jul/13	35.499,7	jul/14	47.879,6
jul/03	2.807,9	jul/03	32.097,0	jul/10	44.687,9
jul/99	2.157,3	jul/10	25.300,5	jul/04	44.435,5
jul/02	1.781,3	jul/02	21.670,8	jul/03	42.003,4
jul/09	1.509,6	jul/09	20.049,0	jul/01	24.658,8
jul/01	1.188,7	jul/01	19.464,0	jul/02	23.944,0
jul/10	726,0	jul/00	15.787,4	jul/09	22.904,4
jul/00	355,9	jul/99	14.666,9	jul/00	21.284,7
jul/98	-26,3	jul/14	11.220,1	jul/99	19.208,9
jul/97	-107,9	jul/98	3.035,1	jul/98	1.831,3
jul/14	-2.623,7	jul/97	3.004,6	jul/15	-46.378,0
jul/19	-5.934,3	jul/15	-11.675,5	jul/18	-86.709,7
jul/18	-7.488,1	jul/19	-35.244,9	jul/19	-116.384,8
jul/15	-7.762,4	jul/18	-39.081,4	jul/16	-164.519,6
jul/16	-19.226,5	jul/16	-55.692,8	jul/17	-182.216,1
jul/17	-20.154,5	jul/17	-76.633,3	jul/20	-565.007,0
jul/20	-87.834,9	jul/20	-505.187,2		

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de jun/20

R\$ Milhões - Valores de Jul/20 - IPCA						
	Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	jul/11	17.848,0	jul/08	131.530,1	jul/11	197.518,6
2º	jul/08	13.529,0	jul/11	108.230,8	jul/08	151.557,0
3º	jul/07	10.311,9	jul/07	96.021,9	jul/05	120.748,6
4º	jul/05	10.249,1	jul/05	93.672,6	jul/12	118.084,2
5º	jul/04	8.315,1	jul/04	87.824,7	jul/07	111.372,4
6º	jul/99	7.523,9	jul/06	85.980,9	jul/03	108.078,8
7º	jul/03	6.885,5	jul/03	80.099,7	jul/06	106.790,3
8º	jul/06	6.272,6	jul/12	77.847,5	jul/04	104.903,6
9º	jul/12	5.760,5	jul/02	62.781,5	jul/13	103.683,9
10º	jul/02	5.042,0	jul/01	60.602,6	jul/10	78.526,2
11º	jul/13	4.914,6	jul/00	52.473,9	jul/01	77.335,6
12º	jul/01	3.617,4	jul/99	52.040,7	jul/00	71.613,2
13º	jul/09	2.712,8	jul/13	51.825,6	jul/02	69.871,9
14º	jul/10	1.247,2	jul/10	44.031,6	jul/99	68.658,3
15º	jul/00	1.159,3	jul/09	36.531,1	jul/14	67.253,9
16º	jul/98	-95,9	jul/14	15.751,5	jul/09	42.240,9
17º	jul/97	-405,7	jul/97	11.441,0	jul/98	6.729,7
18º	jul/14	-3.542,2	jul/98	11.196,6	jul/15	-60.511,1
19º	jul/19	-6.071,1	jul/15	-14.010,5	jul/18	-93.672,3
20º	jul/18	-7.907,5	jul/19	-35.948,7	jul/19	-121.275,3
21º	jul/15	-9.565,6	jul/18	-41.514,5	jul/16	-194.027,4
22º	jul/16	-21.789,4	jul/16	-63.554,9	jul/17	-203.090,8
23º	jul/17	-22.238,1	jul/17	-84.624,2	jul/20	-567.567,0
24º	jul/20	-87.834,9	jul/20	-506.771,5		